

DECLARAÇÃO
DE
RENDIMENTOS

01	PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO	
1	2	
De 2018/01/01 a 2018/12/31		2018
02	ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTAB. ESTÁVEL	
SERVIÇO DE FINANÇAS		1
0485		CÓDIGO

03	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO	
1	DESIGNAÇÃO	2 N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)
AF-Transformação de Briquetes e Pellets Lda		2539211834
3	TIPO DE SUJEITO PASSIVO	
Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola <input checked="" type="checkbox"/> 1		
Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola <input type="checkbox"/> 2		
Não residente com estabelecimento estável <input type="checkbox"/> 3		
Não residente sem estabelecimento estável <input type="checkbox"/> 4		
3-A	QUALIFICAÇÃO COMO PEQUENA OU MÉDIA EMPRESA (PME)	
Se assinalou os campos 1 ou 3 do quadro 03 - 3, indique se se qualifica como PME nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro Sim <input type="checkbox"/> 1 Não <input checked="" type="checkbox"/> 2		
3-B	ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO	
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF <input type="checkbox"/> 1		
3-C	IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS (Art.º 5.º, n.º 9)	
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º? Sim <input type="checkbox"/> 1		
4	REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS	
Geral <input checked="" type="checkbox"/> 1		
Isenção definitiva <input type="checkbox"/> 3		
Isenção temporária <input type="checkbox"/> 4		
Redução de taxa <input type="checkbox"/> 5		
Simplificado <input type="checkbox"/> 6		
Transparência fiscal <input type="checkbox"/> 7		
Artigo 36.º-A do EBF <input type="checkbox"/> 12		
Grupos de sociedades <input type="checkbox"/> 8		
NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4) <input type="checkbox"/> 9		
Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril) Sim <input type="checkbox"/> 10		
Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7? Sim <input type="checkbox"/> 11		
4-A	TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino <input type="checkbox"/> 1 Países da UE/EEE <input type="checkbox"/> 2 Outros		

04	CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO	
1	TIPO DE DECLARAÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/> 1 1.ª Declaração do período		
<input type="checkbox"/> 2 Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)		
<input type="checkbox"/> 3 Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)		
<input type="checkbox"/> 4 Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)		
<input type="checkbox"/> 5 Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal		
<input type="checkbox"/> 6 Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)		
Data <input type="checkbox"/> Ano <input type="checkbox"/> Mês <input type="checkbox"/> Dia		
2	DECLARAÇÕES ESPECIAIS	
Declaração do grupo <input type="checkbox"/> 1		
Declaração do período de liquidação <input type="checkbox"/> 2		
Declaração do período de cessação <input type="checkbox"/> 3		
Declaração com período especial de tributação		
Antes da alteração <input type="checkbox"/> 4		
Após a alteração <input type="checkbox"/> 5		
Data da cessação <input type="checkbox"/> Ano <input type="checkbox"/> Mês <input type="checkbox"/> Dia		
Declaração do período do início de tributação <input type="checkbox"/> 7		
Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável) <input type="checkbox"/> Ano <input type="checkbox"/> Mês <input type="checkbox"/> Dia		
3	ANEXOS	
<input type="checkbox"/> 1 Anexo A (Derrama Municipal)		
<input type="checkbox"/> 2 Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)		
<input type="checkbox"/> 3 Anexo C (Regiões Autónomas)		
<input type="checkbox"/> 4 Anexo D (benefícios fiscais)		
<input type="checkbox"/> 5 Anexo E (regime simplificado)		
<input type="checkbox"/> 6 Anexo F (OIC)		

05	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E DO CONTABILISTA CERTIFICADO	
NIF do representante legal <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 0		
NIF do contabilista certificado <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 5		
Data da receção <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Ano <input type="checkbox"/> Mês <input type="checkbox"/> Dia		

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL		
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	353. 437, 42
	Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis (art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d))	702	
	Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	
	Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	
	Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	
	SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	353. 437, 42
A ACRESCEER	Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	0, 00
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	
	Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	
	Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	
	Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	5. 000, 00
	Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	
	Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	
	IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	0, 00
	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	3. 788, 75
	Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	716	102, 00
	Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º-A, n.º 1, al. c)]	731	0, 00
	Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	0, 00
	Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	783	
	Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	380, 00
	Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	727	0, 00
	Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	0, 00
	Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	137, 07
	Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	
	Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	0, 00
	Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	
	Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º-A, n.º 1, al. m)]	734	0, 00
	Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	
	Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	
	Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º-A, n.º 1, al. q)]	785	
	Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	
	50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes de capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	
	Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	
	Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	
	Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31.º -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos	719	1. 155, 26
	40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	66, 41
	Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	
	Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	
	Menos-valias contabilísticas	736	0, 00
	Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	1. 112, 49
	Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	
	50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	
	Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)	
A ACRESCER (cont.)	Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743
	Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787
	Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744
	Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3 al. a)]	745
	Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747
	Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748
	Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749
	Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 84.º-A, n.º 11)	789
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 84.º-A, n.º 11)	790
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751 0, 00
	Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779
A DEDUZIR		752 0, 00
	SOMA (campos 708 a 752)	753 365. 179, 40
	Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754
	Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	756 0, 00
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757
	Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758
	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760
	Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761
	Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º-A, n.º 3)	762
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763
	Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781
	Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764 0, 00
	Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765 0, 00
	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766 4. 686, 35
	Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792
	Mais-valias contabilísticas	767 29. 134, 07
	50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5.º, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768
	Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770
	50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793
	Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.ºs 51.º e 51.º -D)	771
	Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794
	Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772
	Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas das partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 84.º-A, n.º 11)	796
	Benefícios fiscais	774 60, 00
		775
	SOMA (campos 754 a 775)	776 33. 880, 42
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777 0, 00
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 ≥ 776) (a transportar para o quadro 09)	778 331. 298, 98

08 REGIMES DE TAXA									
08.1 REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)						242		20%	
Benefícios relativos à interioridade (ex-art.º 43.º do EBF)						245		10% / 15%	
Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16/12)						248		20%	
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)						260		3 %	
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º e 36.º-A do EBF)						265		5 %	
						247			
08.2 REGIME GERAL						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)						246		13,6% / 16,8%	
Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)						249		17% / 21%	
Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						262		25%	
Mais-valias imobiliárias / incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						263		25%	
Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						266		25%	
Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)						267		10%	
Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável						264			
09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL									
(transporte do Q. 07)		Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL		301	0, 00	312		323			
2. LUCRO TRIBUTÁVEL		302	331. 298, 98	313		324		400	
<p>Regime especial dos grupos de sociedades</p> <div> <div> <p>Soma algébrica dos resultados fiscais</p> <p>380</p> </div> <div> <p>Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)</p> <p>381</p> <p>Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período</p> <p>376</p> </div> <div> <p>Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)</p> <p>395</p> <p>Resultado fiscal do grupo</p> <p>382 0, 00</p> </div> </div> <div> <p>Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime</p> <p>396</p> <p>Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)</p> <p>398</p> </div> <div> <p>NIF</p> <p>NIF</p> </div>									
Prejuízos fiscais dedutíveis	303		314		325		401		
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383		386		389		392		
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	384		387		390		393		
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385		388		391		394		
3. DEDUÇÕES:									
Prejuízos fiscais deduzidos	309	0, 00	320	0, 00	331	0, 00	407	0, 00	
Benefícios fiscais	310		321		332		408		
4. MATÉRIA COLETÁVEL:									
(2 - 3)	311	331. 298, 98	322	0, 00	333	0, 00	409	0, 00	
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336								
<p>COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)</p> <p>399 0, 00</p> <p>Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:</p> <p>Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)</p> <p>397 0, 00</p> <p>Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]</p> <p>397-A</p> <p>Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)</p> <p>397-B</p>									
<p>NIF</p> <p>NIF</p>									
<p>MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E</p> <p>346 331. 298, 98</p>									

08 REGIMES DE TAXA			
08.1	REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242	20%
	Benefícios relativos à interioridade (ex-art.º 43.º do EBF)	245	10% / 15%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16/12)	248	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260	3 %
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º e 36.º-A do EBF)	265	5 %
		247	
08.2	REGIME GERAL	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)	249	17% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262	25%
	Mais-valias imobiliárias / incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)	267	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264	

09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL								
(transporte do Q. 07)	Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	301		312		323			
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302		313		324		400	

Regime especial dos grupos de sociedades

Soma algébrica dos resultados fiscais

380

Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)

381

Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período

376

Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime

396

Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)

398

Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)

395

Resultado fiscal do grupo

382

NIF

NIF

Prejuízos fiscais dedutíveis	303	314	325	401
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383	386	389	392
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	384	387	390	393
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385	388	391	394
3. DEDUÇÕES:				
Prejuízos fiscais deduzidos	309	320	331	407
Benefícios fiscais	310	321	332	408
4. MATÉRIA COLETÁVEL:				
(2 - 3)	311	322	333	409
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336			

COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)

399

Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:

Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B) 397

Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5] 397-A NIF

Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3) 397-B NIF

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E

346

10 CÁLCULO DO IMPOSTO			
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 17%	347-A	2. 550, 00	
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%	347-B	69. 572, 79	
Imposto a outras taxas	348		
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350		
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370		
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)			351 72. 122, 79
Derrama estadual (art.º 87.º-A)	373	0, 00	
COLETA TOTAL (351 + 373)			378 72. 122, 79
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	353	0, 00	
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º-A)	375		
Benefícios fiscais	355	0, 00	
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356	0, 00	
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356) ≤ 378			357 0, 00
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0			358 72. 122, 79
Resultado da liquidação (art.º 92.º)			371
Retenções na fonte	359	3. 500, 00	
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	360	0, 00	
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º-A)	374	0, 00	
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0			361 68. 622, 79
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0			362 0, 00
IRC de períodos anteriores	363		
Reposição de benefícios fiscais	372	0, 00	
Derrama municipal	364	0, 00	
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378	379		
Tributações autónomas	365		
Juros compensatórios	366	0, 00	
Juros de mora	369	0, 00	
TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0			367 121, 00
TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0			368 0, 00
10-A JUROS COMPENSATÓRIOS			
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:			
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A	0, 00	Juros compensatórios declarados por outros motivos
			366-B 0, 00
10-B TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)			
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)			
1 <input type="checkbox"/> imediato [al. a)]	2 <input type="checkbox"/> diferido [al. b)]	3 <input type="checkbox"/> fracionado [al. c)]	
	IRC + Derrama estadual	Derrama municipal	
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A	377-B	
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)			377 0, 00
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0			430 0, 00
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0			431 0, 00
11 OUTRAS INFORMAÇÕES			
Total de rendimentos do período	410	1. 184. 113, 09	Volume de negócios do período
			411 1. 069. 415, 09
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º			416
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)			418
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]			423 Sim ? <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?			429 Sim <input type="checkbox"/>
11-A ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto			
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod.22:			Informação adicional:
AID de perdas por imparidade em créditos	460		Capital próprio
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461		Crédito Tributário
Outros AID	462		Data da entrada em liquidação
12 RETENÇÕES NA FONTE			
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	1	5 0 1 2 5 0 3 6 0	RETENÇÃO NA FONTE
			2 3. 500, 00

13	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	414	0,00
Encargos dedutíveis com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415	6,85
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417	
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88.º, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420	
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º 4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º - A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9)	425	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426	4.779,61
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428	24.763,62
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437	4.166,67
Despesas não documentadas [art.º 88.º, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	438	51,00
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439	

13-A	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS - ZONA FRANCA DA MADEIRA (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	440	
Encargos dedutíveis com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	443	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	444	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º - A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9)	445	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454	

14	CRÉDITO DE IMPOSTO POR DUPLA TRIBUTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL (CIDTJI)						
1	2	3	Apuramento no período			7	8
Código do País	Tipo de rendimentos	Saldo não deduzido	4	5	6	Dedução efetuada no período	Saldo que transita
			Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. a)]	Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	Crédito de imposto do período		
TOTAL do CIDTJI com CDT							
TOTAL do CIDTJI sem CDT							
TOTAL do CIDTJI			0,00		0,00	0,00	0,00